

---

## LITERATURA E AUTORITARISMO – A PERSISTÊNCIA DA CENSURA

Ao atingirmos a edição de número 40 da Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo, nos deparamos com a preocupação reiterada sobre os processos que estabelecem situações de censura sobre a produção artística e cultural, bem como sobre os espaços que produzem reflexões críticas sobre essas produções e impactam sua recepção por parte do conjunto da sociedade. Não é de se estranhar, portanto, que vários artigos que compõem esta edição abordem o tema da censura e as estratégias de silenciamento por meio da violência, alertando para uma situação de normalidade dentro de um discurso que dialoga com preconceitos a partir do senso comum com o intuito de impedir e dificultar o acesso às análises e discussões propostas. A articulação entre os textos aqui selecionados oportuniza uma reflexão sobre a liberdade de pensamento e a responsabilidade advinda do compromisso com os Direitos Humanos que devem ser preservados em espaços democráticos.

**Tentativas de censura a livros nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro – 2019-2020**, de Sandra Reimão, João Elias Nery e Flamarion Maués, destaca um processo claro de censura dentro de um Estado democrático de direito que tem suas instituições deturpadas para atender a propósitos obscuros. Os autores destacam que o “percurso percorrido deixa claro que o governo de Jair Bolsonaro busca consolidar-se através de um discurso de intolerância e ódio. Os diversos casos de censura a livros que citamos neste estudo demonstram que proliferam atualmente no Brasil atitudes intolerantes e autoritárias que se somam e tentam construir uma cultura de vigilância e censura”.

Gladir da Silva Cabral e Cláudia Gisele Gomes de Toledo assinam o artigo **Inocência e experiência na canção “O meu guri”, de Chico Buarque**. A análise da canção destaca a proximidade da inocência ao sofrimento humano a partir das desigualdades sociais e sustentada por uma voz anônima e autônoma ao mesmo tempo. “Embora a situação da canção pareça surreal, trata-se de uma observação direta do drama social e político do Brasil. É uma canção que toca a realidade profunda do país. Por um lado, tem-se a figura da mãe que nega a realidade pela via ficcional da figura heroica do filho. Por outro, a canção que, como um todo, afirma a trágica realidade da violência da morte do filho, que a mãe não vê, ou não consegue ver”.

**A censura literária no Brasil e as restrições impostas a Feliz ano novo** é o artigo elaborado por Fagner Costa Silva e José Alves Dias. Ao partirem da premissa de que o “cercamento de pensamento foi a pedra angular para o processo de mitificação da realidade social”, Silva e Dias realizam um percurso histórico sobre a censura e a repressão de Estado brasileira, desde a criação, em 1924, do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS até o período da ditadura de 1964-1985. A análise da obra é contextualizada e evidencia as contradições presentes, destacando que o próprio “Rubem Fonseca em 1976, depois de ser um dos fomentadores deste discurso anticomunista, que possibilitou o golpe de 1964, acabou por ser alvo da fúria censória, pois, mesmo se posicionando ao lado dos golpistas, foi

imputado como comunista por ter relatos sexuais em sua escrita e fazer referência a um tipo de violência ainda não debatida na literatura brasileira”.

**Autoritarismo e conformismo na poética tropicalista**, de Gabriel Caio Correa Borges, aborda o contexto da Tropicália e as relações possíveis que dialogam com uma brasilidade ainda em construção. “Algo herdado do modernismo e dos debates derivados das propostas do movimento. Assim, muito da arte engajada compartilha do nacionalismo crítico de construir formas estéticas propriamente brasileiras, que seriam coerentes com o contexto da formação nacional”.

Emanuelle Souza Alves da Silva apresenta o ensaio **Hermann Broch sob a ótica kunderiana: Os sonâmbulos como observação da decadência dos valores na Primeira Guerra Mundial**, em que busca refletir, com base na leitura da obra de Broch escrita em 1932, o contexto problemático da condição humana do seu tempo, relacionando as preocupações do escritor para além desse texto em particular, pois em “suas discussões ensaísticas, em diálogo com o que o romance traz, Broch (2014) demonstra preocupação com um mal ético que assola a estética do início do século XX, especialmente pela arte parecer estar a serviço da complacência das sensações, da dogmatização estética e das exigências éticas do espírito daquele tempo”.

**Escravidão “um grande mal”: a tese de Maria Firmina dos Reis** é o título do trabalho apresentado por Danglei Castro Pereira, cujas reflexões apontam para “uma espécie de dualidade no que se refere à mobilização de clichês sentimentais presentes na linguagem romântica, o que leva a uma ironia em uma relação de contraposição entre o preciosismo da linguagem da autora e a forma realística de apresentação das ações narrativas ligadas à trajetória de personagens negros em suas obras”. Pereira sustenta, portanto, que as particularidades estilísticas presentes na obra de Maria Firmina dos Reis permitem dar profundidade analítica, destacando que a “dualidade estilística é sentido em um processo de ambientação romântica que alinha o romance *Úrsula* a seu tempo; mas que, de forma sutil, indica um tom corrosivo que aborda uma densa crítica social, mascarada em uma aparente ambiência à ingenuidade sentimental própria da linguagem romântica”.

Marcos Antônio Fernandes dos Santos também aborda a obra de Maria Firmina dos Reis no artigo **Uma voz feminina dissonante no Maranhão do século XIX: O discurso antiescravagista de Maria Firmina dos Reis**. Santos destaca que a obra da escritora maranhense se situa como uma escrita de resistência, com base no aspecto transgressor e revolucionário da literatura em diálogo com a experiência humana. “Nesse sentido, a escritora é uma mulher à frente de seu tempo, que vai de encontro aos interesses de grandes homens e da organização socioeconômica da época. Assim, possui grande destaque na literatura brasileira, apesar de silenciada por muito tempo, pois somente a partir das duas últimas décadas é que a escritora é redescoberta, sendo considerada a primeira romancista brasileira. Seu protagonismo, e não somente no meio literário, é indiscutível, porque enquanto mulher negra, foi transgressora de costumes e padrões estabelecidos para a realidade de que fez parte”.

Paulo Ailton Ferreira da Rosa Junior é o autor do artigo **Algumas notas sobre a assustadora atualidade do insólito (ficcional?) em Não verás país nenhum, de Ignácio de Loyola Brandão**. Reconhecendo o romance como talvez a mais complexa das distopias brasileiras,

Rosa Junior destaca que o pessimismo presente nesse olhar para o futuro do Brasil traz “elementos que à época se pretendiam fantásticos, soavam insólitos, mas que em um exame contemporâneo passam a ser facilmente identificáveis no dia a dia mundano, elas brincam de nos assustar pela sua correspondência com o mundo como organizado hoje”.

**Canibalismo e literatura: A necropolítica e a violência como crítica social em *Jantar Secreto***, de João Barreto da Fonseca e Stefan Willian Oliveira da Silva, analisa a obra de Raphael Montes, lançada em 2016, como uma “fragmentação contemporânea, o que começa como uma brincadeira assume proporções inimagináveis. A reflexão reside numa trama hiperbólica, misto de fábula sobre a violência e retrato de uma juventude sem rumo, disposta a tudo para conseguir dinheiro”.

Leonardo von Pfeil Rommel é o autor de **Por entre rastros e restos: a memória da Guerra Colonial na ficção de António Lobo Antunes**, artigo que aborda a memória traumática de parte importante da história de Portugal. Abordando o contexto da Guerra Colonial (1961-1974), Rommel analisa *Até que as pedras se tornem mais leves que a água* (2017), romance que retoma o contexto da guerra e que divide o protagonismo “entre o ex-combatente, português, e o seu filho adotivo, *o filho preto*, africano trazido de Angola ainda criança pelo soldado português, após o batalhão em que estava destacado promover um massacre de civis em uma aldeia do norte de Angola”.

**O estado de excepcionalidade: como a literatura registra as articulações entre o simbólico e o real durante tempos de sofrimento**, título do artigo de autoria de Jair de Oliveira, se propõe a investigar as formas simbólicas e sua relação com aspectos da realidade a partir do conto *Alguma coisa urgentemente*, publicado em 1980 no livro *O cego e a dançarina*, de João Gilberto Noll. Oliveira argumenta que a “narrativa apresenta, como pano de fundo, um contexto que transparece um ambiente de desconexão. É um afastamento do padrão de sociedade da época. É um desvio de vida em relação à máquina de produzir desejos que se transformou a sociedade brasileira no seu período de desmoronamento das profantasias sociais”.

Navid Etedali assina o artigo **Looking Through the American Ideal: The Politics of Violent Humor in The Adventures of Huckleberry Finn**, problematizando o humor violento ao lado dos aspectos grotescos que sustentam um olhar crítico sobre o preconceito na sociedade norte-americana. Com base nessa abordagem, Etedali enfatiza que *o humor violento do romance de Mark Twain borra as fronteiras que classificam as pessoas com base em padrões sociais e permite que elas possam cometer ações desumanas sob o nome de civilização*. [The violent humor of the novel blurs the borderlines which classify people based on social standards and allow them to commit inhumane actions under the name of civilization.]

Encerrando esta edição, a retomada de um importante ensaio de Walter Benjamin (*Crítica da violência, crítica do poder*, publicado em 1921) é tema do trabalho de Lizandro Carlos Calegari. Trazendo as leituras de vários autores que estudaram com profundidade a obra e os conceitos do crítico alemão, Calegari atualiza em **Para uma crítica do direito, da violência e do poder em Walter Benjamin**, alguns pontos que ainda geram dúvidas para leitores não familiarizados com essas reflexões, destacando que “o poder-violência é fundador e mantenedor do direito e do Estado. A esse tipo de poder-violência que consegue, de diferentes formas, aprisionar o ser humano em um destino cíclico de condenação, de culpa

e de expiação, Benjamin denomina de mítico. Ao afirmar que o direito tem sua origem no mito, o autor quer dizer que ele se funda em um poder misterioso que aprisiona o homem na ilusão”.

Agradecemos a contribuição de pesquisadores e pesquisadoras que confiaram seus escritos à Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo e esperamos que a interlocução pretendida se estabeleça para além da materialidade desta edição, ampliando as discussões e os debates cada vez mais necessários na nossa sociedade contemporânea para que não sucumbamos ao senso comum e à conformidade com a censura, a violência e o preconceito.

João Luis Pereira Ourique  
Lizandro Carlos Calegari  
(Organizadores)